Oficina detalha ações para o Manual Operativo do PRH da bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu



Representantes das instituições reunidos na sede da AESA, em João Pessoa/PB

A Agência Nacional de Águas e o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu reuniram órgãos de gestores de recursos hídricos da Paraíba e do Rio Grande do Norte para debater as ações para o Manual Operativo da Revisão do Plano de Recursos Hídricos da bacia dos rios Piancó-Piranhas-Açu. O evento aconteceu no dia 09 de agosto de 2022 na sede da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba – AESA, em João Pessoa/PB. Participaram da reunião representantes da ANA, CBH PPA, AESA, IGARN, SEMARH e Profill Engenharia.

A Oficina de detalhamento das ações para o Manual Operativo do PRH da bacia teve o objetivo de revisar as principais ações do PRH na bacia. "Revisamos as 14 O objetivo da reunião foi atingido pois foram revisadas as 14 ações prioritárias do PRH PPA, as quais foram objeto de extensivo detalhamento e pactuação entre os executores. O MOP será agora finalizado e apresentado sob a forma de relatório técnico, contendo a ficha detalhadas com as atividades pormenorizadas de cada uma das ações, bem como documentos complementares que poderão apoiar e facilitar a execução", explicou Carlos Bortoli, diretor da empresa Profill Enge-

nharia, que é responsável pela atualização do PRH

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu é composto de uma série de ações estratégicas que são implementadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu com ajuda da Agência Nacional de Água e Saneamento Básico – ANA e dos órgãos gestores da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Durante a 25ª Reunião Ordinária, que aconteceu em Pombal/PB, os membros do CBH PPA aprovaram a

atualização do PRH e agora ele segue para uma nova etapa com novas ações estratégicas

"O manual será apresentado em formato facilitador do acompanhamento e atualização do status de implementação, contendo painéis com as informações principais do conjunto de prioridades. A revisão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Piancó-Piranhas-Açu está, com isso, em fase de finalização, devendo ser publicado Encarte com os resultados da atualização", explicou Carlos Boroli.





CBH PPA acompanha inspeção de rotina da ANA



A inspeção aconteceu nos taludes de montante e de jusante e na Central Geradora Hidrelétrica da Barragem Armando Ribeiro

Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu (CBH PPA) acompanharam a inspeção de rotina feita pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico – ANA na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, localizada no município de Itajá/RN. A visita aconteceu no dia 08 de Junho de 2022.

O Comitê esteve representado pelo senhor Raimundo Inácio da Silva, Primeiro Secretário, o senhor Ezequias Florêncio secretário de Meio Ambiente, Urbanismo e Recursos Hídricos do Município de Pendências/RN, e o senhor Rafael Mendonça, chefe do escritório do Dnocs de Assú/RN, ambos membros titulares do comitê.

Já a ANA estava representada por Edgar Gaya Banks Machado e Francisco Romeiro, especialistas em regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico.

A inspeção aconteceu nos taludes de montante e de jusante, nas réguas milimétricas de medição da barragem e na estrutura da Central Geradora Hidrelétrica – CCH Armando Ribeiro Gonçalves. Além disso, foi feita uma observação na área de vertedouro e coroamento da barragem e nas estruturas hidromecânicas de saída d'água, que são as válvulas dispersoras e borboletas.

"Depois de quase dois anos afastados dessas vistorias e encontros presenciais, por causa da pandemia, agora estamos voltando com as vistorias e inspeções. Temos algumas réguas que precisam ser substituídas e temos também as manutenções de rotina que ficam sob responsabilidade do empreendedor da barragem, que é o Dnocs. Tivemos uma boa recarga aqui na barragem no inverno de 2022, mas temos outros reservatórios da bacia que não teve o mesmo sucesso, por isso que vamos ter novas regras com as reuniões de alocação de água para o ciclo 2022-2023", explicou Edgar Machado.

De acordo com o Dnocs, órgão responsável pelo reservatório potiguar, o trabalho de rotina já é feito pelo Dnocs e acompanhado rotineiramente pela ANA.

"Por causa da chegada das águas do São Francisco, já tivemos uma intervenção recentemente e, no momento, a barragem está com sua estrutura bem conservada. Esse ano tivemos uma boa recarga com as chuvas e temos uma elevação na casa dos 63%, aproximadamente quatrocentos milhões de metros cúbicos de água. Esperamos que venha mais chuvas na região para melhorarmos o nosso sis-

tema", destacou Rafael Mendonça, chefe do escritório do Dnocs em Assú/RN.

Os membros do Comitê entendem que é fundamental a participação dos órgãos de gerenciamento hídrico nas vistorias dos reservatórios da bacia do Piancó--Piranhas-Açu.

"Precisamos conhecer o funcionamento desses equipamento hídricos, isso nos impulsiona ainda mais a necessidade de compreender in loco todas essas atividades, sobretudo os procedimentos de regulação. Hoje o reservatório está com mais de 60% de água, o que dá uma maior segurança hídrica. O comitê está se inteirando e conhecendo toda a bacia, que tem esse potencial hídrico que se avoluma", ressaltou Raimundo Inácio.

"Após uma pandemia que vivemos, estamos tendo a oportunidade, enquanto comitê, de visitar todos esses pontos, como a barragem Armando Ribeiro e alguns pontos de captações com seus volumes. Estamos acompanhando a ANA e o Dnocs para fortalecer o gerenciamento hídrico na bacia e garantir a política de recursos hídricos mais fortalecida entre os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte", finalizou Ezequias Florêncio.



CBH PPA realiza visitas aos barramentos localizados no município de Pendências/RN



Técnicos da ANA, DNOCS e membros do CBH PPA participaram da visita aos barramentos no município de Pendências/RN

Fruto de um encaminhamento feito durante realização de reunião com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA, através da Coordenação de Marcos Regulatórios e Alocação de Água COMAR, realizada dia 03 de junho de 2022, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu - CBH PPA representado pelo Sr. Raimundo Inácio da Silva Filho, 1º Secretário, na companhia do Sr. Ezequias Florêncio da Silva, Secretário de Meio Ambiente, Urbanismo e Recursos Hídricos do Município de Pendências/RN, Sr. Rafael Mendonça, Chefe do DNOCS de Assú/RN, Sr. Edgar Gaya Banks Machado e Sr. Francisco Romeiro, ambos especialistas em regulação de Recursos Hídricos e Saneamento Básico da ANA, realizou visita aos barramentos que ficam localizados na foz do rio açu, dentre eles, Camboas do Jonas, dos Caboclos, do Roldão, da Potiporã e Passagem Molhada do Canal de Perenização da Lagoa do Queimado.

As visitas tiveram por objetivo averiguar a situação atual dos barramentos e a real necessidade da realização de manobras, anteriormente realizadas pelo município de Pendências/RN, no barramento próximo a Comunidade de Porto do Carão e da Lagoa do Queimado, haja vista o grande volume de água no rio Açu pro-

venientes das chuvas caídas na região.

"As manobras realizadas na foz da bacia, especialmente no rio Açu, que é o ponto de deságue do rio para o mar, são necessárias para haja o equilíbrio e o controle do nível volumétrico entre o rio e o mar", explicou Ezequias Florêncio, secretário de Meio Ambiente, Urbanismo e Recursos Hídricos do Município de Pendências e membro titular do CBH PPA.

"Precisamos ter um disciplinamento e uma normatização, por isso a importância da presença do Comitê, da ANA e dos órgãos de gerenciamento hídrico. É preciso que o uso racional da água seja normatizado e é possível que nas próximas reuniões de alocação de água essa situação, em particular dos municípios de Pendências/RN e Macau/RN sejam resolvidas", explicou Raimundo Inácio da Silva filho, Primeiro Secretário do CBH Piancó-Piranhas-Açu.

Ainda de acordo com o primeiro secretário da Diretoria Colegiada do Comitê, "a nossa preocupação é manter a água para todos os usos, notadamente os usos humanos e a dessedentação animal, de modo que os conflitos que possam existir já possamos amenizar e disciplinar para o desenvolvimento dessa bacia", finalizou.



As visitas tiveram o objetivo de averiguar a situação atual dos barramentos no rio



Durante reunião, membros da Diretoria Colegiada do CBH PPA discutem assuntos administrativos e operacionais



Os membros da DC deliberaram sobre o calendário de reuniões e ações ligadas a bacia e ao comitê

Os membros da Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu – CBH PPA estiveram reunidos no dia 21/06 na sede do Comitê, em Caicó/RN, para discutir assuntos administrativos e operacionais para o ano de 2022 na bacia. Essa foi a 55ª reunião e contou com a participação dos quatro membros da DC e foi convocada pelo presidente, Waldemir de Azevedo, através do Ofício Circular Nº 013/2022.

Ao final da reunião, os membros da DC deliberaram sobre o calendário de reuniões da Diretoria Colegiada para o ano de 2022, ações de educação ambiental nos municípios da bacia, limpeza no leito dos rios e atividades de otimização do uso da água. Além disso, foram debatidos assuntos ligados as reuniões de alocação de água e a participação da sociedade potiguar e paraibana nas ações do comitê.

"Fizemos um retrospecto das necessidades do comitê, vendo o que pode ser melhorado e implementado e quais são as ações que deve ser prioridades da bacia. Tivemos também o conhecimento do funcionamento a estrutura administrativa da ADESE em apoio ao Comitê e traçamos algumas metas que serão definidas nas próximas reuniões. Estamos iniciando uma nova fase, com novos membros da Diretoria Colegiada, e vamos ver como será a caminhada a partir de agora, dentro de uma premissa

de divulgação e participação da sociedade dentro do comitê", explicou Waldemir Azevedo, presidente do CBH PPA.

Auricélio Costa, vice-presidente do comitê, entende que "é uma satisfação para os novos membros dar continuidade ao que comitê já vem fazendo de positivo na bacia. Nós esperamos manter essa positividade com uma pauta adequada e trazer algumas inovações que podem contribuir para o comitê. Além disso, é fundamental mantermos essa dinâmica de gestão das águas, tanto na Paraíba quanto no Rio Grande do Norte".

Para Raimundo Inácio, primeiro secretário do comitê, a presença do CBH PPA na bacia é fundamen-

tal. "Existe o entendimento de todos os membros da Diretoria Colegiada de que é importante estar presente na bacia. Essa presença se faz necessária do ponto de vista de levar o conhecimento para a sociedade sobre vários temas ligados aos recursos hídricos, sobretudo nas ações desenvolvidas pelo comitê", explicou.

De acordo com Jacodemes Garrido, segundo secretário, "as pautas tratadas na reunião são fundamentais para o diaadia da bacia e do comitê, principalmente sobre as questões hídricas dos reservatórios que ficam nos dois estados. Estamos empenhados, enquanto comitê, para que o gerenciamento hídrico seja meta permanente na bacia" finalizou





Diretoria Colegiada do CBH PPA participa do XXIV ENCOB



O evento é realizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas - FNCBH

A Diretoria Colegiada do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Piancó-Piranhas-Açu participa entre os dias 22 a 26 de agosto da XXIV edição do Encontro Nacional dos Comitê de Bacia Hidrográficas que acontece em Foz do Iguaçu/Paraná. O tema central do ENCOB é "Gestão da água: Responsabilidade de todos". Representam o CBH PPA no evento o presidente, Sr. Waldemir Azevedo; o vice-presidente, Auricélio Costa; o primeiro secretário, o Sr. Raimundo Inácio; e o membro suplente, Pedro Crisóstomo.

"É no ENCOB que se apresentam as inovações que tem dentro do gerenciamento dos recursos hídricos e o nosso comitê não podia ficar alheio nesse momento em que todos os comitês do Brasil estão reunidos para discutir os avanços hídricos e mostrando as temáticas que se pretende fazer para melhorar o gerenciamento hídrico. Aqui nós vemos novas técnicas de regulação, de cobranças de recursos hídricos, monitoramento e experiências exitosas que a gente vai aplicar dentro da nossa bacia", explicou Waldemir Azevedo, presidente do CBH PPA.

O evento é realizado pelo Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – FNCBH em parceria com o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e Turismo e do Instituto Água e Terra, com o apoio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema e da Rede Brasil de Organismos de Bacias – REBOB.

"A participação do CBH PPA no ENCOB é de fundamental importância, pois temos a oportunidade de ter toda uma atualização da política de recursos hídricos com debates, palestras temáticas e as tendências e os rumos que a gestão hídrica está tomando. Além disso, o encontro é marcado por essa necessidade das pessoas trocarem experiências e mostrar os desafios da política de recursos hídricos", destacou Auricélio Costa, vice-presidente do CBH PPA.

Dentro da programação, serão abordados os temas: Mudanças Climáticas, Eventos Críticos e Resiliência, Uso Racional, Reuso e Inovação, Planejamento, Regulação e Financiamento, Boas Práticas, Gestão Participativa e Engajamento, enfatizando que a gestão das águas é responsabilidade de todos.

"O ENCOB consegue, através das águas, unir o Brasil em uma grande discussão sobre as questões hídricas e suas respectivas problemáticas. Além disso, a temática que estamos trabalhando aqui, como o próprio nome já diz, o gerenciamento hídrico é uma responsabilidade de todos. Aqui nós temos as experiências de todos os comitês de bacia hidrográfica de todo o país, através dos debates, das palestras e das discussões com os maiores especialistas da área", finalizou Raimundo Inácio, primeiro secretário do CBH PPA.



ANA/COMAR disponibiliza Termos de Alocação de Água dos reservatórios da bacia do Piancó-Piranhas-Açu



Os Termos de Alocação de Água são documentos norteadores da política de recursos hídricos para as bacias hidrográficas

A Agência Nacional de Água – ANA, através da Coordenação de Marcos Regulatórios- COMAR Já disponibilizou os Termos de Alocação de Águas 2022/2023 dos reservatórios dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, que integram a bacia do rio Piancó-Piranhas-Açu.

Os reservatório são os seguintes: Curema e Mãe D'Água, Engº Avidos e São Gonçalo, Lagoa do Arroz e Santa Inês, na Paraíba. Já no RN, são eles: Itans, Armando Ribeiro Gonçalves e Rio Açu, Santo Antônio, Marechal Dutra e Cruzeta.

Os termos de alocação são muito utilizados em sistemas hídricos com comprometimento hídrico – quando a disponibilidade de água não consegue atender toda a demanda do recurso. De acordo com a Resolução nº 46/2020, as condições de operação dos reservatórios e as outorgas de direito de uso de recursos hídricos nos sistemas hídricos em questão ficarão automaticamente sujeitas ao que estabelecer o respectivo termo de alocação de água.

Esses documentos, por sua vez, devem observar as regras previstas em marcos regulatórios dos respectivos sistemas hídricos onde eles já existem. Os Termos de Alocação de Água são frutos das reuniões de Alocação de Água que, nos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, aconteceram entre os meses de Junho e Julho.

Além de apresentar ações de regulação dos reservatórios, o termo ainda traz a formação da Comissão de Acompanhamento que tem as seguintes atribuições: definir defluência dos reservatórios, acompanhar o cumprimento dos compromissos para a efetivação da alocação, propor à COMAR ajustes na alocação e receber, avaliar e difundir os Boletins de Acompanhamento da Alocação.

"A alocação de água é fundamental para o nosso gerenciamento hídrico. É através do Termo de Alocação de Água que acontece o diálogo, a conversa e o entendimento sobre o que está acontecendo em cada um dos nossos reservatórios. Por isso, o documento vai nos guiando durante todo o ano vigente, em caso de seca ou de bom inverno nós vamos avaliando o que pode ser feito nos nossos açudes", destacou Waldemir Azevedo, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu.



Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio PIANCÓ-PIRANHAS-AÇU



ANA define tarifas para adução de água bruta do Projetode Integração do São Francisco



O valor a ser pago por cada operadora estadual pelo serviço de adução de água bruta do PISF levará em consideração alguns critérios

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) publicou a Resolução nº 122/2022, que define as tarifas para a prestação do serviço de adução (transporte) de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF), também conhecido como "transposição do São Francisco", para 2022. As tarifas aprovadas entrarão em vigor em 1º de julho e terão validade a partir do momento em que houver assinatura dos contratos de prestação do serviço pelos estados receptores das águas do Velho Chico: Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Este é um requisito necessário para início da operação comercial do PISF, sendo que o empreendimento está em pré-operação.

Para 2022 as tarifas se referem aos estados que já estão recebendo água pelo Eixo Leste, Paraíba e Pernambuco, além do Ceará e do Rio Grande do Norte, que já estão aptos para receberem as águas do Eixo Norte.

O custo total previsto para prover os serviços de adução de água bruta da transposição neste ano será de cerca de R\$ 332 milhões. Desse montante Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte terão respectivamente um custo de R\$ 131,8 milhões; R\$ 112,1 milhões; 69,6 milhões; e R\$ 18,3 milhões.

O valor a ser pago por cada operadora estadual pelo serviço de adução de água bruta do PISF levará em consideração o período entre a assinatura dos contratos entre a operadora federal, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaiba (CODEVASF), e as operadoras estaduais até 31 de dezembro deste ano.

A União arcará com a possível diferença que venha a ocorrer devido à diferença entre os valores a serem pagos pelos estados receptores das águas do PISF que estiverem em operação comercial e o valor necessário para a operadora federal executar o serviço de adução de água bruta do Projeto. O valor definido para que a CODEVASF possa cobrar dos estados receptores equivale a R\$ 0,295 por metro cúbico, para a tarifa de disponibilidade da água do empreendimento, e a R\$ 0,636/m3, para a tarifa de consumo da água. Cada metro cúbico equivale a 1000 litros ou 1 caixa d'água residencial.

A tarifa de consumo é cobrada proporcionalmente ao volume de água fornecido pelas operadoras estaduais nos

pontos de entrega. O valor visa a cobrir os custos variáveis do empreendimento, como a energia elétrica utilizada para o bombeamento da água do rio São Francisco. Já tarifa de disponibilidade de água se refere à cobrança da CODEVASF junto às operadoras estaduais para cobrir a parcela fixa dos custos decorrentes da operação do PISF, como manutenção da infraestrutura, cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia do rio São Francisco e gastos fixos com energia elétrica, que serão cobrados independente do bombeamento de água.

Segundo a Resolução ANA nº 122/2022, a Agência revisará o valor das tarifas a serem pagas pelas operadoras estaduais, caso os contratos firmados por elas junto à CODEVASF não possuam garantias adequadas de ressarcimento em caso de inadimplência.

Se algum estado receptor solicitar volumes de água superiores aos previstos na Resolução ANA nº 116/2022, que contém o Plano de Gestão Anual (PGA) deste ano para o empreendimento, a Agência definirá o valor a ser pago pela operadora estadual demandante, considerando os custos de aquisição da energia elétrica para atendimento da demanda adicional.

Informativo do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu - Escritório de Apoio